

1969 - *Economia - money*

A bomba que o governo tarda em desarmar

Estamos agora na segunda quinzena do mês de agosto. Na última sexta-feira, aqui em São Paulo, o ministro do Planejamento, João Sayad, em pronunciamento feito perante o Conselho Regional de Economia e a Associação dos Jornalistas Econômicos de São Paulo, voltou a falar do I PND da Nova República. Foi um denso, ponderado e sensato pronunciamento, extremamente didático, onde um dos grandes destaques, ao nosso ver, foi a importante afirmação de que o desenvolvimento na Nova República não deve ser pensado em termos estritamente econômicos: os objetivos macroeconômicos, nos diz o ministro, devem ser considerados como parte do desenvolvimento global do País, em termos políticos, sociais e culturais também.

O ministro reconheceu que a premissa fundamental para qualquer programa de desenvolvimento econômico é a reordenação financeira do setor público, e admitiu que a desordem financeira do governo e de sua máquina está sendo a principal razão dos juros altos que inibem os investimentos privados — e portanto o desenvolvimento — e das dificuldades na redução do processo inflacionário.

Todavia, seja-nos permitido dizer, não como crítica, mas até como colaboração judiciosa à ação do governo, continuamos ainda no terreno das intenções. E isso nos preocupa bastante. O governo da Nova República deve reconhecer que estamos numa espécie de corrida contra o relógio em termos de administração da economia. Ou ele ganha, nos próximos dois meses, alguns pontos efetivos e visíveis na luta pela redução do déficit do setor público, do déficit de caixa efetivo, que aumenta todos os meses em termos reais — isto é, mais do que a inflação —, ou ele se arrisca ao descontrole ainda muito maior do que aquele que o ministro Sayad explicava ter herdado da administração anterior. É preciso desarmar essa bomba-relógio financeira para termos sossego.

Não adianta mais dizer que esse governo não é responsável pelos fatores que estão gerando colossais déficits mensais. Todos nós estamos cansados de saber disso — e ninguém, com um mínimo de boa fé, está acusando-o disso. Também não mais se justifica dizer que o governo está no começo, está-se organizando, está em fase de reconhecimento interno. Esta fase já deveria estar superada, e se não está ainda já não é por causa do drama da morte de Tancredo Neves e sim por certa dose de negligência.

Na semana passada vimos o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Marcos Vital, alertar para as dimensões alcançadas pelo déficit do setor público no mês de julho, e fazer previsões sombrias para o mês de agosto. Do mesmo modo, e numa linha de raciocínio semelhante à que estamos expondo aqui — a da corrida contra o tempo —, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen observava que "o País poderá cair numa recessão ainda mais terrível no ano que vem se os cortes nos gastos públicos não forem feitos agora".

No Rio Grande do Sul, num exame da situação regional, o líder empresarial Paulo Vellinho referia-se ao gigantismo que assumiu a administração pública do seu Estado e aos custos burocráticos astronômicos que atingiu, a ponto de não deixar mais recursos para investimento. Mencionava como exemplo o abuso de salários nababescos de 65 milhões de cruzeiros pagos a procuradores do Estado. Tudo isso numa evidência de que o problema do gigantismo do setor estatal não é apenas federal. É um mal que alcança todos os níveis do setor público, e precisa de uma oposição sistemática, renhida e consciente de todos os cidadãos deste país para ser extirpado.

Não podemos facilitar com isso. Não podemos continuar eternamente formulando teorias. Como aquelas que afirmam que as empresas públicas estão tendo "prejuízos" com a contenção das suas tarifas, enquanto a Petrobrás, por exemplo, que teve os preços dos seus produtos congelados desde 28 de fevereiro até julho último, exibe um balanço no primeiro semestre com lucro colossal, suficiente para justificar a suspensão das negociações das suas ações em bolsas.

O fato é que quanto mais se passa o tempo em discussões estéreis e acadêmicas, mais se agrava um problema que exigiria, para ser realmente administrado, menos elucubrações teóricas e mais ação prática. Que dizer de um administrador profissional que, contratado para salvar uma empresa à beira da falência, fosse para as bibliotecas e faculdades de economia defender o seu plano de salvação em vez de arregaçar as mangas e começar a fazer economia no mesmo dia em que assumisse?

Assim, enquanto o governo discute abstratamente o nosso desenvolvimento futuro, a estabilidade presente está sendo ameaçada por um déficit público que há um mês apenas foi previsto em 50 trilhões de cruzeiros para o ano todo, no mês que vem já deverá ter atingido 48 trilhões e, neste momento, está sendo "reavaliado" em 84 trilhões de cruzeiros. Por outro lado, ao mesmo tempo em que fala em economizar, o governo divulga um programa de dispêndios globais das estatais no qual se observa que seus gastos terão crescimento real de 13,6% neste ano, alcançando 304,7 trilhões de cruzeiros! Por que essa expansão real de gastos, se quase todo mundo no governo já está convencido de que os gastos públicos alcançaram limites insuportáveis, e eles precisam diminuir em termos reais — exatamente para que o setor público como um todo encolha e a iniciativa privada ocupe o espaço por ele deixado? Não é isso mesmo, aliás, que está sendo dito em quase todos os discursos do presidente Sarney e o ministro Sayad acaba de reafirmar em São Paulo: que o nosso desenvolvimento futuro tem de se basear em maior taxa de investimento privado? Como será isso possível se o governo continua ampliando seus gastos em termos reais à custa de recursos retirados do setor privado?

O problema principal e urgente a ser resolvido, no entanto, não é apenas o das contradições entre a retórica e a prática, ou entre as intenções e os fatos. É mesmo o problema de caixa, como diz o ministro Dornelles, que a cada mês se agrava e tende a formar uma avalanche até o final do ano se não for contido. É curioso, aliás, observar que no programa de ajuste austeríssimo posto em prática pelo governo argentino — que vem oferecendo resultados positivos e até agora obtendo ampla aprovação popular — as vozes discordantes são a dos empresários prejudicados pelo controle de preços e a dos dirigentes das empresas estatais, que não estão perdendo dinheiro propriamente e sim poder político.

Para enfrentá-los, como lembrou bem o jornalista Jean-François Revel no artigo que escreveu após sua visita ao Brasil, que reproduzimos quinta-feira passada, deve-se usar "a única arma que permitiu, algumas vezes na História, destruir os privilégios sem liquidar a liberdade: a própria democracia, com a condição de usá-la sem hipocrisia". É falar menos nela, e aplicá-la, de uma vez.